

MELO, Demian Bezerra de (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro. Consequência, 2014.

Wesley Rodrigues de Carvalho¹

Abordando trabalhos de historiadores brasileiros e internacionais, o livro organizado por Demian Melo reflete sobre a historiografia considerando aspectos fundamentais de sua produção. Um deles é o de que o conhecimento histórico tem projeção social e implicações políticas (o que independe da intenção de qualquer autor), e que sem a discussão explícita dessa dimensão estará incompleto o trabalho analítico do historiador e sua relação com o passado. É partindo desse pressuposto que o primeiro artigo, assinado pelo organizador, começa por observar como novas leituras sobre a Revolução Francesa têm o claro intento de anatemizar os processos revolucionários de inspiração igualitária, e normatizar a democracia liberal e a economia de mercado. Nota-se também uma querela historiográfica na Alemanha, onde se procurava normalizar a experiência do nazismo; e na Itália, em que, em um trabalho de repercussão, Mussolini era justificado por seu patriotismo e pelo seu sucesso em não permitir algum declínio nacional. O texto de Raquel Varela, que fecha o livro, também vai no sentido de criticar propostas de setores de investigação histórica sobre a Revolução dos Cravos, entre as quais a de considerar a Revolução Portuguesa “como uma doença que surge num momento em que já se estava a dar uma transição no país no sentido de democratização, ou seja, tende a dominar uma visão de que a revolução interrompeu, como que despropositadamente, uma transição/modernização

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

que já estaria em curso e que permitiria assegurar a mudança e simultaneamente a estabilidade do Estado” (p. 248). O livro passa por outros casos, apontando ofensivas apologéticas de ditadores, entre outras formulações, que mostram a intimidade que a historiografia pode ter com poderes instituídos ou contra os ideais de esquerda. O texto de Carla Luciana Silva, “Imprensa e construção social da ditabranda”, também é importante nesse sentido, ao abordar as visões históricas da mídia empresarial e suas intenções e atuações políticas.

A maior parte do livro é dedicada à historiografia brasileira contemporânea, na qual os autores compreendem haver uma investida revisionista frágil teoricamente e de pouca competência metodológica e empírica. No artigo de Marcelo Badaró Mattos, aponta-se que a base teórica dessas produções é o “culturalismo”, entendido como a sobrevalorização de uma única dimensão da vida dos homens em sociedade (a cultura), que termina quase sempre por traduzir-se em uma perspectiva determinista. Esse tipo de ênfase nos discursos, além de achatar a complexidade das dinâmicas sociais, acaba por obliterar os conflitos. O uso da categoria de “cultura política”, derivada do culturalismo, também é ressaltada por Mattos como a base de visões acrílicas da história brasileira cuja expressão mais aguda é Jorge Ferreira, autor que tem construído uma exaltação do período 1946-1964, na qual não tem maior relevo temas como a ilegalidade do PCB, a estrutura sindical corporativista e a ação sistemática da polícia política.

As proposições do historiador Jorge Ferreira são discutidas ainda em outros artigos. No assinado por Carlos Zacarias Senna Júnior, são apontados problemas metodológicos do autor, que constrói sua interpretação sobre o PCB e o comunismo no Brasil a partir de memórias de ex-militantes marcados pelo ressentimento. Senna Júnior também acusa alterações em citações trabalhadas por Ferreira, que acabam por influir na interpretação, além de sua estreita concepção “teórica” do comunismo como “religião” e “fanatismo”. No texto de Felipe Demier, na parte intitulada “Como era gostoso o nosso populismo: a corrente revisionista fluminense”, aponta-se a leitura deturpada de Ferreira sobre alguns teóricos do populismo e a sua concepção desprovida de noções de conflito classista que o levam a promover uma identificação quase completa entre “Estado” e “trabalhadores” e uma consequente apologia do varguismo.

Em “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”, Demian Melo advoga uma leitura que entenda o caráter classista de 1964 e se opõe às teses, “mais modernas”, que apontam as responsabilidades da esquerda na culminância da ditadura por ter caráter ofensivo e mesmo golpista. Melo comenta o texto de Ferreira (de novo!) que continuamente retrata a direita como “reagindo” à radicalização de esquerda e “assustada” com seu radicalismo. Um dos problemas abordados por Melo é o trato de fontes de diversos historiadores. Ainda no caso de Ferreira, há a apropriação acrítica de pesquisa de opinião realizada por Carlos Lacerda que foi citada em livro escrito por jornalistas hostis a Goulart. Melo também contesta Elio Gaspari que “afirma, como se fosse autoevidente” que havia em março de 1964 dois golpes em marcha. “E quais as evidências para esta afirmação? A carta de um coronel, o livro comprometido com a ditadura de Glauco Carneiro (*História das revoluções brasileiras*) e a opinião do embaixador Lincoln Gordon. Mais um vez, nenhum tipo de evidência minimamente confiável” (p. 166). Problemas sérios de argumentação também estariam na sustentação que Aarão Reis procura para sua ideia de “apoio da sociedade brasileira à ditadura”, marcada por falta de problematização e pelo uso de um reduzido corpo documental. Melo ainda questiona com rigor e embasamento, teórico e empírico, outros tantos temas da historiografia como, por exemplo, a proposta de periodização de ditadura promovida por Daniel Aarão Reis e Marco Antônio Vila, segundo a qual esta teria seu fim em 1979, visões anacrônicas sobre a guerrilha e afirmações sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

O texto escrito por Rômulo Mattos, que versa sobre as tentativas de “reabilitação” da figura do Wilson Simonal na historiografia e também no cinema, é igualmente revelador sobre o revisionismo quanto a seus caminhos metodológicos e políticos. Mesmo para um não especialista salta aos olhos o terrível de anistiar alguém que comprovadamente foi mandante de tortura e sua suposta “vitimização” por parte de uma esquerda “malvada” e “intolerante”, mas isso não impediu o autor de tratar com muito pormenor esses discursos, desmontando vários dos supostos sobre a história da música brasileira, o quadro histórico da ditadura e suas (des)memórias mais recentemente construídas.

Nesse quadro de vida acadêmica marcada por automatismos exigidos pela correria da produtividade, “A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo histórico”, para além de suas críticas teóricas, empíricas e políticas, traz outra marcante contribuição: a de estabelecer um confronto intelectual aberto. Trata-se de uma operação fundamental para que se quebrem os pudores da discussão acadêmica que engessam o pensamento e estabilizam (para invocarmos termos de Bourdieu) a estrutura de poder e valorização simbólica dentro do campo científico e acadêmico – pois as polêmicas são travadas não com autores marginais, mas com historiadores (brasileiros e estrangeiros) de reputação universitária e presença editorial e midiática. Com o livro, o marxismo também se mostra como perspectiva fundamental para a compreensão tanto do passado como do próprio ofício, presente e político, do historiador.